

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

www.victoria-seguros.pt

ÍNDICE

VICTORIA INTERNACIONAL DE
PORTUGAL, S.G.P.S., S.A

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 27 de
Março de 2013

www.victoria-seguros.pt

04 ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

01

RELATÓRIO

05 RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 BALANÇO CONSOLIDADO
16 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
19 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTERGAL
20 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXAS
24 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

101 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
102 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Ninguém é imprescindível, mas todos somos necessários"

Alberto Toledano

1958 - 2013

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Maria Mateus
Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont
Presidente

Christian Baffy
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Alberto Toledano*¹
Administrador Delegado

Cyrille Mascarelle*²
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230))
Efectivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano*¹
Administrador Delegado

Cyrille Mascarelle*²
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Director Geral Adjunto

Francisco Campilho
Director Geral Adjunto

*¹ Em funções até 20 de Março de 2013

*² Com efeito desde 26 de Março de 2013

01

RELATÓRIO

VICTORIA SEGUROS, S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2012**

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas do Anexo do exercício de 2012.

01.1 Actividade da Empresa

A VICTORIA-Seguros, S.A. explora, no seguro directo, para os mercados de particulares e de empresas os ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Marítimo e Transportes, Engenharia, Responsabilidade Civil e Diversos. A 27 de Novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os activos e passivos relacionados bem como os colaboradores. Reforçámos desta forma a nossa posição de lideranças nos ramos de engenharia optimizando a presença do grupo em Portugal.

01.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 80.622.625 (2011: EUR 95.578.283) evidenciando uma quebra de 15,6% (2011: quebra de 10,2%). Relativamente aos contratos de seguro considerados para

efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 93,3% (2011: 62%), situando-se em EUR 71.975 (2011: EUR 1.076.763).

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços foi assim de EUR 80.694.600 (2011: EUR 96.655.046) registando-se assim um decréscimo de 16,5% (2011: decréscimo de 11,6%).

01.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 64.841.053 (2011: EUR 78.295.791), evidenciando uma quebra de 17,2% (2011: quebra de 0,2%) correspondendo a um agravamento do rácio combinado liquido da Empresa.

01.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re e a Trans Re em Zurique, a MMA (ex-GMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Lanforsakringar, em Estocolmo, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a New Re, em Zurique, a Odyssey Re e a R+V Versi-cherung AG, em Wiesbaden, com Flagstone, no Canada, com a Hannover Re, em Hannover no tratado proporcional de Incêndio e com a Hannover Re, nas

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Bermudas, para o CAT XL. Iniciou contrato com a Mapfre Re em Madrid, com a SMABTP, a SCOR, a General Re, a Caisse Centrale de Reassurance e a XL Re em França, com a Catlin Re, a Amlin Re e a Deutsche em Zurique, com a Everest Re em Dublin, com a Partner Re nas Bermudas e com a Devk Re na Alemanha. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. manteve contratos com a CARES, Europea de Seguros, Interpartner e a Europ Assistance, todas em Lisboa.

01.5 Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em EUR 18.980.305 (2011: EUR 26.640.315).

01.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu no final de 2011 um montante de EUR 107.591.627 (2011: EUR 98.476.350). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 1.210.200 (2011: EUR 1.591.423).

01.7 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,53 (2011: 1,28).

No seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de Dezembro, procedeu-se ao

aumento de capital da sociedade de EUR 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de EUR 5, perfazendo um total de EUR 17.000.000, com um ágio da emissão total de EUR 14.008.000.

Na sequência destas operações a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de EUR 34.850.000, representado por 6.970.000 acções, de valor nominal de EUR 5 cada.

01.8 Governo da Sociedade

Os membros do órgão de administração, uma vez que integram outros órgãos de gestão de sociedades do grupo SMABTP, não são remunerados pela sociedade. No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa. Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

PRÉMIOS DE ENTREGAS		2012
Conselho Fiscal		3.500,00
Presidente	João Lara	3.500,00

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Vogal	Santiago Gil de Biedma
Vogal suplente	Luis Henriques

01.9 Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

01.10 Ligações de grupo, recursos comuns

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no sector de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMABTP.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso accionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efectuada na base de critérios objectivos, observando a natureza e o fim da despesa.

01.11 Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR – 7.293.007 (2011: EUR - 13.368.565). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR – 9.290.324 (2011: EUR: - 15.392.210). Propomos que o resultado seja levado a resultados transitados.

01.12 Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo. Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

01.13 Previsões para 2013

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços em Janeiro de 2013 atingiu EUR 15.262.964 (2012: EUR 15.172.697).

No plano de acção 2013, identificámos as iniciativas que vão permitir a consolidação das bases lançadas em 2012.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Posicionamento da VICTORIA

Vamos definir e lançar produtos com estrutura modular, começando com a comercialização conjunta de Vida, Saúde e Acidentes. Em saúde vamos continuar a inovar no mercado alargando a nossa oferta de produtos no ramo. Com base no plano estabelecido para Transportes vamos prosseguir com o nosso investimento neste ramo. Em multirriscos deveremos fazer uma revisão à oferta actual e lançar novos produtos.

Modelo de gestão

Vamos durante o ano analisar e repensar o nosso modelo de distribuição assim como a nossa política de marketing. Continuando a investir no desenvolvimento do VICTORIA.net vamos apostar na melhoria da qualidade de dados. O desenvolvimento e implementação de modelos de prevenção e detecção de fraude é um dos eixos principais da nossa política de gestão de risco em 2013.

Cultura organizacional

Para além do desafio que lançámos "TODOS optimizamos custos na VICTORIA" com o qual pretendemos uma organização mais eficiente, vamos prosseguir com o plano de formação assim como várias acções de gestão do potencial dos nossos recursos. Num ano em que antecipamos um agravamento de dificuldades, queremos ainda reforçar na organização as acções de Responsabilidade Social interna. Por outro lado e como

referimos anteriormente mantemos como lema da organização:

Todos vendemos na VICTORIA

Para conseguir este ambicioso plano precisamos de que todos os que fazem parte do Grupo VICTORIA estejam completamente motivados pelo projecto e que lutem por ele com todas as suas forças. Finalmente, queremos agradecer aos Accionistas, ao Conselho Fiscal e a todos os Colaboradores da VICTORIA o seu apoio e empenhamento indispensável para a concretização dos nossos objectivos.

02

**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**

VICTORIA SEGUROS, S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2012**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
Activo					
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.746,394	-	4.746,394	2.922,684
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-		-
	Activos financeiros detidos para negociação			-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
3	Activos disponíveis para venda	78.382.309		78.382.309	94.796.335
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-		-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	10.692.933	-	10.692.933	764.250
	Títulos de dívida	67.689.376	-	67.689.376	94.032.085
	Outros	-	-		-
4	Empréstimos e contas a receber	28.517.618	-	28.517.61	24.529
	Depósitos junto de empresas cedentes				-
	Outros depósitos	28.443.995		28.443.995	-
	Empréstimos concedidos	73.623		73.623	24.529
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter à maturidade	-	-	-	-
2	Terrenos e edifícios	691.700	6.132	685.568	732.802
	Terrenos e edifícios de uso próprio	691.700	6.132	685.568	732.802
	Terrenos e edifícios de rendimento				
6	Outros activos tangíveis	4.160.154	3.617.637	542.517	736.609

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(Cont.)

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZACÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
6	Inventários	26.520		26.520	38.134
	Goodwill				
7	Outros activos intangíveis	14.928.795	12.870.601	2.058.194	1.742.240
11	Provisões técnicas de resseguro cedido				
	Provisão para prémios não adquiridos	15.746.750	-	15.746.750	9.145.862
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	7.937.078		7.937.078	4.541.785
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
9	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	907.878		907.878	975.959
8	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	15.781.651	1.161.208	14.620.443	11.856.651
	Contas a receber por operações de seguro directo	12.656.704	827.809	11.828.895	9.209.973
	Contas a receber por outras operações de resseguro	500.986		500.986	678.197
	Contas a receber por outras operações	2.623.961	333.399	2.290.562	1.968.481
	Activos por impostos	1.067.171	-	1.067.171	1.449.241
	Activos por impostos correntes	47.478		47.478	-
10	Activos por impostos diferidos	1.019.693		1.019.693	1.449.241
13	Acréscimos e diferimentos	119.120		119.120	55.020
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				

01
RELATÓRIO

02
**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**

03
**RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(Cont.)

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO ANTERIOR	
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS		VALOR LÍQUIDO
	TOTAL ATIVO	165.076.060	17.655.578	147.420.482	124.476.066

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO			
11	Provisões técnicas	86.434.728	86.434.728
	Provisão para prémios não adquiridos	18.187.824	19.602.332
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	57.583.041	54.160.404
	De vida		
	De acidentes de trabalho	27.043.868	26.128.208
	De outros ramos	30.539.173	28.032.196
	Provisão para participação nos resultados	29.860	53.921
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.338.425	4.137.185
	Provisão para riscos em curso	6.394.443	8.480.886
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	27.674	-
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	27.674	-
	Outros		
9	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	320.203	272.382
12	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.526.028	6.488.811
	Contas a pagar por operações de seguro directo	2.282.885	2.289.381
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.245.458	1.389.227

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(Cont.)

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Contas a pagar por outras operações	997.685	2.810.203
	Passivos por impostos	3.440.759	2.551.430
	Passivos por impostos correntes	3.268.310	2.551.430
10	Passivos por impostos diferidos	172.449	-
13	Acréscimos e diferimentos	5.133.021	3.957.828
25	Outras Provisões	2.063.346	1.084.529
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	102.044.624	100.789.708
	CAPITAL PRÓPRIO		
14	Capital (Ações Próprias)	34.850.000	17.850.000
	Outros instrumentos de capital		
14	Reservas de reavaliação	650.749	327.539
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	642.569	312.989
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	8.180	14.550
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
10	Reserva por impostos diferidos	(172.449)	(86.796)
	Outras Reservas	34.420.133	20.488.610
	Resultados Transitados	(15.082.251)	499.215
	Resultado do exercício	(9.290.324)	(15.392.210)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	45.375.858	23.686.358
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	147.420.482	124.476.066

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2012 E 31.12.2011

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	51.922.782		51.922.782	81.035.327
18	Prémios brutos emitidos	80.622.625		80.622.625	95.578.283
	Prémios de resseguro cedido	(33.936.382)		(33.936.382)	(19.578.283)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2.248.308		2.248.308	5.413.514
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	2.988.231		2.988.231	(439.634)
19	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	72.131		72.131	255.575
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.070.693)		(43.070.693)	(70.887.718)
	Montantes pagos	(44.397.343)		(44.397.343)	(70.463.541)
20	Montantes brutos	(62.853.870)		(62.853.870)	(80.019.290)
	Parte dos resseguradores	18.456.527		18.456.527	9.555.749
	Provisão para sinistros (variação)	1.326.650		1.326.650	(424.177)
20	Montantes brutos	(1.987.183)		(1.987.183)	1.723.498
	Parte dos resseguradores	3.313.833		3.313.833	(2.147.675)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.885.203		1.885.203	1.713.441
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos			-	-
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	5.847		5.847	22.793
18	Custos e gastos de exploração líquidos	(18.980.305)		(18.980.305)	(26.640.314)
	Custos de aquisição	(16.543.298)		(16.543.298)	(20.093.330)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(284.817)		(284.817)	(779.395)
	Gastos administrativos	(8.905.529)		(8.905.529)	(9.242.626)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(Cont.)

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	6.753.339		6.753.339	3.475.037
	Rendimentos	855.741	14.226	869.967	1.521.620
21	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	855.741	14.226	869.967	1.521.620
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros				
	Gastos financeiros	(332.914)	(5.585)	(338.499)	(452.234)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
22	Outros	(332.914)	(5.585)	(338.499)	(452.234)
23	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	340.234	-	340.234	69.803
	De activos disponíveis para venda	374.996		374.966	69.803
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	(34.732)		(34.732)	
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação			-	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(Cont.)

Unid: Euros

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-		-	-
	De activos disponíveis para venda			-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
24	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	8.967		8.967	10.108
25	Outras provisões (variação)		(909.265)	(909.265)	(650.896)
26	Outros rendimentos/gastos		155.403	155.403	828.313
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	Resultado líquido antes de impostos	(7.293.007)	(826.221)	(8.119.228)	(13.174.191)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes			(654.754)	(188.230)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos			(516.342)	(2.031.789)
	Resultado líquido do impostos	(7.293.007)	(826.221)	(9.290.324)	(15.392.210)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31.12.2012 E 31.12.2011**

Unid: Euros

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(9.290.324)	(15.392.210)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	468.877	361.672
Por via de alienações	(139.297)	(432.271)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	(6.370)	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(85.653)	18.709
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	(76.477)	93.243
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	(189.256)	-
Total do rendimento integral	(9.318.500)	(15.350.857)

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31.12.2012 E 31.12.2011**

Unid: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
1 Fluxo das actividades operacionais		
Recebimentos:	338.801.544	580.227.389
Clientes (prémios recebidos)	80.410.900	98.674.815
Venda/amortização de activos financeiros (Inv)	186.315.934	472.715.646
Juros e dividendos (Inv)	69.174.710	23.498
Recebimentos de taxas e impostos	-	-
Regularização c/c Seguradoras	2.900.000	8.813.430
Pagamentos:	(366.812.583)	(598.365.993)
Clientes (sinistros & estornos)	52.637.295	74.704.948
Comissões	4.739.017	7.159.244
Resseguradores	8.767.320	9.340.573
Outros prestadores	1.618.403	337.991
Fornecedores diversos	12.846.949	8.765.882
Pagamentos a colaboradores	5.650.689	4.579.026
Compra de activos financeiros (Inv)	265.990.544	472.138.269
Pagamento de taxas e impostos	14.338.028	17.096.397
Despesas de Viagem	221.016	227.997
Fundo Fixo Caixa	3.322	210
Regularização c/c Seguradoras	-	4.015.456
	(28.011.039)	(18.138.604)
2 Fluxo das actividades de Investimentos		
Recebimentos:		
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	-	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Dividendos de participações			
Pagamentos:		1.173.251	(598.254)
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)			
Imobilizações corpóreas (aquisição)		81.867	6.676
Imobilizações incorpóreas (aquisição)		1.091.384	591.578
		(1.173.251)	(598.254)
3 Fluxo das actividades de financiamento			
Recebimentos:		31.008.000	17.000.000
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)			
Aumentos de Capital		31.008.000	17.000.000
Doações			
Pagamentos:			
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)			
Amort. De contratos de locação financeira			
Dividendos			
		31.008.000	17.000.000
4 = 1 + 2 + 3	Total do Fluxo de Caixa	1.823.710	(1.736.858)
	Caixa e seus equivalentes no início do período	2.922.684	4.659.542
	Caixa e seus equivalentes no final do período	4.746.394	2.922.684

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS						TOTAL
		POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Balanco a 31 de Dezembro de 2010	16.000.000	383.588	14.550	(105.506)	1.460.767	13.302.915	429.450	(1.846.397)	(7.602.153)	22.037.214
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanco de abertura alterado	16.000.000	383.588	14.550	(105.506)	1.460.767	13.302.915	429.450	(1.846.397)	(7.602.153)	22.037.214
Aumentos/reduções de capital	1.850.000					15.150.000				17.000.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		(70.599)								(70.599)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio										-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				18.710						18.710
Aumento de reservas por aplicação de resultados										-
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos						(9.448.550)		1.846.397	7.602.153	-
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(405.972)	499.215		93.243
Total das variações do capital próprio	1.850.000	(70.599)	-	18.710	-	5.701.450	(405.972)	2.345.612	7.602.153	17.041.354
Resultado líquido do período									(15.392.210)	(15.392.210)
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2011	17.850.000	312.989	14.550	(86.796)	1.460.767	19.004.365	(23.478)	499.215	(15.392.210)	23.686.358

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS						TOTAL
		POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Balanco a 31 de Dezembro de 2011	17.850.000	312.989	14.550	(86.796)	1.460.767	19.004.365	23.478	499.215	(15.392.210)	23.686.358
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balanco de abertura alterado	17.850.000	312.989	14.550	(86.796)	1.460.767	19.004.365	23.478	499.215	(15.392.210)	23.686.358
Aumentos/reduções de capital	17.000.000					14.008.000				31.008.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		329.580								329.580
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio			(6.370)							(6.370)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(85.653)						(85.653)
Aumento de reservas por aplicação de resultados										-
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								(15.392.210)	15.392.210	-
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							(76.477)	(189.256)		(265.733)
Total das variações do capital próprio	17.000.000	329.580	(6.370)	(85.653)	-	14.008.000	(76.477)	(15.581.466)	15.392.210	30.979.824
Resultado líquido do período										
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2012	34.850.000	642.569	8.180	(172.449)	1.460.767	33.012.365	(52.999)	(15.082.251)	(9.290.324)	45.375.858

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO
DE 2012 E 2011**

ÍNDICE

I) Introdução

II) Informação por Segmentos

III) Políticas Contabilísticas

IV) Gestão de Riscos

V) Notas ao Balanço

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Activos disponíveis para venda
- NOTA 4 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 5 – Afectação dos Investimentos
- NOTA 6 – Outros activos tangíveis e Inventários
- NOTA 7 – Outros activos intangíveis
- NOTA 8 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 9 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 10 – Activos e Passivos por impostos
- NOTA 11 – Provisões Técnicas
- NOTA 12 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

- NOTA 13 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 14 – Capital Próprio
- NOTA 15 – Reserva Legal
- NOTA 16 – Transacções entre partes relacionadas
- NOTA 17 – Elementos extra patrimoniais

VI) Notas à Demonstração de Resultados

- NOTA 18 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 19 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
- NOTA 20 – Custos com Sinistros
- NOTA 21 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 22 – Gastos Financeiros
- NOTA 23 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 24 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 25 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 26 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 27 – Gastos diversos por função
- NOTA 28 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de activos e passivos financeiros

IX) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de Outubro de 2002 pela transferência dos activos e passivos da actividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objecto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objecto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de Maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union Portugal), incluindo os activos e passivos relacionados bem como os respectivos colaboradores. A 27 de Novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os activos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 22 delegações.

Actualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objecto social o desenvolvimento da actividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo accionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

	(UN: EUROS)					
2012	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	80.622.625	25.977.521	18.397.975	17.360.874	13.465.352	5.420.903
Prémios de resseguro cedido	33.936.382	14.962.310	12.068.667	1.875.802	2.631.249	2.398.354
Prémios brutos adquiridos	82.870.933	25.855.041	19.256.628	18.531.994	13.882.046	5.345.224
Resultados dos investimentos	863.061	127.549	239.832	253.040	191.489	51.151
Custos com sinistros brutos	64.841.053	20.660.877	15.372.741	14.019.699	12.039.462	2.748.274
Custos de exploração brutos	25.733.644	7.301.205	5.732.025	6.139.380	4.981.039	1.579.995
Resultado técnico	(7.293.007)	(1.504.540)	(1.290.000)	(2.308.355)	(2.687.760)	497.648
Activos afectos à representação das provisões técnicas	89.372.262	10.144.227	19.852.381	22.252.431	33.320.562	3.802.661
Provisões técnicas	86.533.593	10.154.452	19.872.390	22.274.859	30.425.397	3.806.493

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

	(UN: EUROS)					
2011	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	95.578.283	28.162.238	21.109.886	24.055.673	17.448.756	4.801.730
Prémios de resseguro cedido	19.516.836	1.235.644	11.468.037	2.261.754	3.109.792	1.441.609
Prémios brutos adquiridos	100.991.797	28.531.060	21.512.943	28.354.318	17.778.983	4.814.492
Resultados dos investimentos	1.122.223	148.637	178.619	246.986	526.058	21.923
Custos com sinistros brutos	(78.295.792)	(23.208.863)	(11.268.560)	(24.904.891)	(16.523.257)	(2.390.221)
Custos de exploração brutos	(30.115.352)	(6.320.579)	(6.827.706)	(8.875.299)	(6.654.886)	(1.436.882)
Resultado técnico	(13.368.565)	(842.896)	(237.540)	(5.139.225)	(7.604.042)	455.138
Activos afectos à representação das provisões técnicas	98.489.548	8.556.218	18.114.902	24.769.123	44.826.174	2.223.131
Provisões técnicas	86.434.728	8.654.536	18.323.058	25.053.741	32.168.065	2.235.328

III - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho,

de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Em 2012 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respectivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de Fevereiro de 2013.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adoptadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respectivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “pro-rata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros

ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos directos e indirectos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

(iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respectivos.

(iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

(iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

tenha maiores oscilações.

(v) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com

aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Activos financeiros

A VICTORIA classifica os seus activos financeiros no reconhecimento inicial a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são activos

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos activos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável; A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no activo, não deve ser revertida.

I - Acções e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% e 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efectuada para determinação da existência de imparidade nos activos tangíveis e intangíveis é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo. Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira

são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objecto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no activo admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afecto ao respectivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data

de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação actuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- actualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3)

quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável; A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, não deve ser revertida.

I - Acções e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Investimento, cujo Preço de

Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;

b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente

b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras

f) Outros factores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IV - GESTÃO DE RISCO

Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objectivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA – Seguros, S.A. tem delineado os objectivos estratégicos globais a três anos (2012-2014), bem como anualmente define o plano de acções estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano e o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia, o apetite ao risco da mesma e respectiva capacidade de o assumir de forma sustentável, tendo em conta a envolvente do mercado segurador e financeiro.

As acções estratégicas e o orçamento são apresentados anualmente no encontro anual de colaboradores, assegurando que todos sabem os objectivos a seguir. Por outro lado, existe um acompanhamento mensal da evolução das acções e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direcção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao inicialmente previsto.

Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao risco de perdas originadas pelo declínio de imagem. Alguns indicadores

analisados de forma a medir e mitigar este risco têm sido:

- Relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta;
- Análise e acompanhamento das campanhas efectuadas, a nível de mediação e clientes, pela Direcção de Marketing e respectiva área Técnica, tendo em conta os objectivos inicialmente previstos versus os atingidos;
- Acompanhamento mensal da taxa de encerramento dos sinistros, por linha de negócio e em particular para os sinistros abertos no ano.

Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas de acordo com a procura de mercado dentro dos necessários critérios de prudência técnica.

A prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras para o Ramo Não Vida, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro directo, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com o expectável.

A adequabilidade do pricing é testada por análises periódicas aos resultados da carteira, bem como através de várias análises aos rácios combinados das carteiras existentes.

Entre os vários factores que influenciam o preço, destacam-se os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, enquadramento social da actividade em que o risco está inserido, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efectuados processos de revisão, com base nos quais se detectam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respectivo ajustamento. Numa óptica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios de excepção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Como forma de redução da exposição ao risco, a Victoria segue uma política de resseguro clara e rigorosa, permitindo-lhe a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, adequada ao perfil da sua carteira.

O resseguro da Companhia está disperso por 25 resseguradoras, 23 com rating entre o AA+ e o A- e 2 com rating BBB+ e BBB- da Standard&Poor's. Tem também a participação da SMABTP que é Not Rated.

Nos primeiros três meses do ano o Nat Cat esteve colocado em 4 resseguradoras (Munich Re, New Re, Swiss Re e Hannover Re com rating AA-) tendo contratado um CAT XL com um PML de 2,66% (com um período de retorno de 250 anos) dos valores expostos. Depois deste período está colocado em 8 resseguradores (Munich Re, Swiss Re, Hannover Re, SCOR, Mapfre Re, XL Re, Amelin Re e Catlin Re com rating AA-, AA-, AA-, A+, BBB+, A, A- e A respectivamente)

Como membro do International Group Program (IGP) a

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA tem, ainda um acordo de resseguro com a seguradora John Hancock (gestor do IGP) relativamente ao ramo de Doença.

O ramo de Doença em 2012, passou a ter um resseguro com a SMABTP, um Quota Share.

O resseguro existente na companhia tem por base tratados de resseguro, cujo resumo das principais características é exposto no quadro seguinte:

Nos primeiros três meses do ano 2012:

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
Incêndio e outros danos (including Engineering)	First Surplus	500	18.000
	Sublimit for Engineering	500	8.000
	Quota Share	350	500
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of loss	10.000	170.000
		160.000 xs 10.000	
Automóvel	Excess of loss	500	50.000
Marítimo, aéreo e transportes	Surplus	300	3.300
	Sublimit for Cargo	150	1.650
	Excess of Loss per event	300	1.500
Acidentes Pessoais	Quota Share	360	600
	Excess of Loss per event	360	3.600
Acidentes de Trabalho	Excess of loss	400	7.000
Responsabilidade Civil	Excess of loss	250	3.000

(valores em milhares de euros)

Após 1 de Abril 2012:

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
Incêndio e outros danos	First Surplus	500	18.000
	Quota Share	250	500
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of loss	5.000	125.000
		120.000 xs 5.000	
Automóvel	Excess of loss	500	50.000
		49.500 xs 500	
Marítimo, aéreo e transportes	Surplus	300	600
	Excess of loss per event	600	13.200
	12.600 xs 600		
Acidentes Pessoais	Quota Share	250	500
	Excess of loss per event	500	9.000
	8.500 xs 500		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
Acidentes de Trabalho	Excess of loss	400	7.000
			6.600 xs 400
Responsabilidade Civil	Quota Share	200	400
	Excess of loss	400	3.000
			2.600 xs 400
Engenharia	Quota Share	250	500
	Excess of loss	500	6.000
			6.000 xs 500
Caução	Quota Share	7.500	25.000
	Excess of loss	2.000	7.500
			5.500 xs 2.000
Decenal	Quota Share	20.000	40.000
	Excess of loss	4.000	16.000
			12.000 xs 4.000

No quadro abaixo exposto, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

RAMO	PRÉMIOS 2012			PRÉMIOS 2011		
	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LÍQUIDO	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LÍQUIDO
Doença	25.978	14.962	11.015	28.162	1.236	26.927
Incêndio e outros danos	18.398	12.069	6.329	21.110	11.468	9.642
Automóvel	17.361	1.876	15.485	24.056	2.262	21.794
Acidentes	13.465	2.631	10.834	17.449	3.110	14.339
Marítimo, aéreo e Transportes	4.496	2.093	2.403	3.938	1.325	2.613
Diversos	925	305	620	863	116	747
Total	80.623	33.936	46.686	95.578	19.517	76.061

(valores em milhares de euros)

Obs.: Os valores, no que diz respeito ao ramo Doença, não incluem os prémios referentes a contratos de prestação de serviços para efeitos contabilísticos

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

	2012	2011
Prémios Brutos Emitidos		
Doença	25.978	28.162
Incêndio e outros danos	18.398	21.110
Automóvel	17.361	24.056
Acidentes	13.465	17.449
Marítimo, aéreo e transportes	4.496	3.938
Diversos e RC	925	863
Rácio de Sinistralidade		
Doença	79,9%	81,3%
Incêndio e outros danos	79,8%	52,4%
Automóvel	75,7%	87,8%
Acidentes	86,7%	92,9%
Marítimo, aéreo e transportes	42,4%	49,7%
Diversos e RC	99,0%	49,6%
Rácio de Despesas Gerais		
Doença	17,5%	13,5%

	2012	2011
Incêndio e outros danos	19,4%	19,0%
Automóvel	26,0%	20,2%
Acidentes	25,1%	21,4%
Marítimo, aéreo e transportes	12,6%	49,7%
Diversos e RC	40,2%	49,6%
Rácio Combinado		
Doença	108,1%	103,5%
Incêndio e outros danos	109,6%	84,1%
Automóvel	108,8%	119,1%
Acidentes	122,6%	130,4%
Marítimo, aéreo e transportes	67,5%	74,6%
Diversos e RC	152,1%	100,5%
Rácio Combinado Líquido		
Doença	106,8%	103,7%
Incêndio e outros danos	114,0%	113,1%
Automóvel	123,0%	130,2%
Acidentes	145,2%	146,7%
Marítimo, aéreo e transportes	55,6%	77,7%
Diversos e RC	151,7%	116,2%

(valores em milhares de euros)

Obs.: Os valores, no que diz respeito ao ramo Doença, não incluem os prémios referentes a contratos de prestação de serviços para efeitos contabilísticos.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Relativamente ao rácio combinado líquido, verifica-se um decréscimo para os ramos Automóvel, Acidentes e Marítimo, Aéreo e Transportes. O aumento significativo deste rácio no ramo de Diversos deve-se à integração da carteira da ASEFA. Por outro lado, em Doença deve-se ter em conta que em 2012 este ramo passou a ter resseguro e em Incêndio e Outros Danos a ocorrência de alguns sinistros, aumentando os custos, originados por factores climatéricos no final do ano.

Risco de provisões

Uma das principais rubricas que influencia o passivo de uma companhia de seguros Não Vida é a provisão para sinistros, pelo que a sua estimação deverá envolver princípios de prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas.

A adequação global das provisões para sinistros é efectuada três a quatro vezes por ano através da aplicação de modelos determinísticos. Os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são reflectidos nos resultados da companhia. A Companhia realiza também o teste à suficiência das provisões, através da aplicação de modelos estocásticos,

ainda que este não seja actualmente de carácter vinculativo. Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Actuário Responsável, de 31 de Dezembro de 2012, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com excepção de Doença:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

ESTIMATIVA ACUMULADA DOS SINISTROS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
No final do ano de constituição	17.743	19.052	19.107	20.746	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208	32.869	
Um ano depois	17.883	18.217	18.758	20.510	23.558	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265	46.584		
Dois anos depois	17.663	17.883	18.333	20.018	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809	54.807			
Três anos depois	18.530	17.509	18.301	20.145	22.566	23.902	29.070	26.199	30.594	35.756				
Quadro anos depois	18.536	17.319	18.254	20.263	22.806	23.600	28.465	26.350	30.723					
Cinco anos depois	18.260	17.360	18.271	19.991	22.696	23.193	28.427	26.223						
Seis anos depois	18.227	17.298	18.126	19.884	22.646	23.196	27.761							
Sete anos depois	18.248	17.267	18.159	19.768	22.500	23.213								
Oito anos depois	17.756	17.075	18.078	19.808	22.550									
Nove anos depois	17.843	17.328	18.417	19.860										
Dez anos depois	17.509	16.946	18.174											
Onze anos depois	17.509	16.993												
Doze anos depois	17.716													
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	17.716	16.993	18.174	19.860	22.550	23.213	27.761	26.223	30.723	35.756	54.807	46.584	32.869	
Pagamentos acumulados até 31-12-2012	17.509	16.946	17.125	19.488	22.322	22.563	26.878	25.797	29.612	34.693	52.067	42.260	22.408	
Provisão para sinistros	207	47	1.049	371	228	650	883	427	1.111	1.063	2.740	4.324	10.461	
													Provisão para Sinistros a 31-12-2012	23.541
													Provisão para Sinistros a 31-12-2012 de anos anteriores a 2000	18
													Total Provisão para sinistros a 31-12-2012	23.560

(valores em milhares de euros)

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Pode-se constatar pelo desenvolvimento da estimativa do custo com sinistros constituída no final de cada ano que na generalidade dos exercícios se verifica um run-off positivo. Este comportamento é validado pelos resultados das análises efectuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao custo de encerramento. Trimestralmente são ainda elaboradas análises com o objectivo de estudar o comportamento do custo com sinistros para o ramo Automóvel.

Risco catastrófico

Os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A Victoria tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efectuada através da aplicação de critérios de selecção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

Risco de Investimento

Na sequência da aquisição do grupo VICTORIA em Portugal pelo grupo SMABTP, a gestão de investimentos passou a ser efectuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente ao grupo SMABTP. Esta gestão é acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo Comité de Gestão Activo Passivo, responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento, tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de activos:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
ACTIVOS DISPONIVEÍIS PARA VENDA					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		8.528.701	8.968.270	9.493.465	96.947
De outros emissores públicos		23.000.000	22.963.914	22.901.650	13.977
De outros emissores		34.800.000	34.903.993	35.009.191	174.146
sub-total		66.328.701	66.836.177	67.404.306	285.070
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	9.069		10.618.493	10.692.933	-
Outros					
sub-total	9.069	-	10.618.493	10.692.933	-
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos		-	-	72.812	811
Depósitos a Prazo				28.443.212	783
sub-total				28.516.024	1.594
TOTAL	9.069	66.328.701	77.454.670	106.613.263	286.664

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

No ano transacto a carteira apresentava-se desta forma:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
ACTIVOS DISPONIVEIS PARA VENDA					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		80.808.701	81.954.845	82.343.998	1.234.292
De outros emissores públicos					
De outros emissores		10.200.000	10.316.125	10.250.526	203.270
sub-total		91.008.701	92.270.970	92.594.524	1.437.562
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	7.106		774.814	764.250	-
Outros					
sub-total	7.106	-	774.814	764.250	-
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				24.529	-
sub-total				24.529	
TOTAL	7.106	91.008.701	93.045.784	93.383.303	1.437.562

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções. Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA procura uma posição de muito rigor no sentido de que os activos afectos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras. O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os

casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

No primeiro trimestre de 2012 a crise da Dívida Soberana dos países europeus agravou-se de forma dramática. No entanto, a acção concertada do Banco Central Europeu e dos líderes políticos europeus devolveu aos mercados alguma da confiança perdida, permitindo uma recuperação acentuada nos mercados europeus de maior risco. É de referir ainda, que num contexto de deterioração acentuada das notações de rating, aproximadamente 86,0% da carteira de investimento possui a notação de rating com qualidade de investment grade, face a 72% em 2012. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 2,0 milhões de euros (2,6% da carteira de investimentos) com a seguinte distribuição: Itália: 2,6% e Portugal : 0,02%. Em 2012, conforme já foi mencionado anteriormente, as principais resseguradoras com as quais a VICTORIA celebrou tratados de resseguro tinham uma notação de rating AA+ e A- segundo a Standard&Poor's. Adicionalmente existe um tratado assinado com a casa mãe (SMABTP) para qual não existe notação de rating. Igualmente no âmbito do risco de crédito a evolução dos saldos das contas correntes dos mediadores tem sido objecto de acompanhamento próximo por parte da VICTORIA, tendo-se no ano de 2012 definido critérios mais rigorosos para a atribuição de poderes de cobrança. Existiu mesmo um decréscimo significativo no número de mediadores com atribuição desta capacidade. O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

A presente crise financeira e o seu alastramento ao mercado de dívida soberana de alguns países europeus levaram a que a Companhia adoptasse uma estratégia de investimento ainda mais cautelosa (em termos de qualidade de crédito e maturidades), garantindo assim que as necessidades operacionais de liquidez da Companhia não sejam postas em causa.

A projecção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 16,8 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2013, dos quais aproximadamente 30% terá lugar no primeiro semestre de 2013. Os fundos de tesouraria afiguraram-se em 2012 como uma classe de activos importantes, essencialmente devido ao posicionamento tático da gestão activos. De qualquer

forma, os fundos de tesouraria são um instrumento flexível e adequado a uma gestão otimizada dos fluxos de tesouraria. Em 31 de Dezembro a exposição a esta classe de activos representava 9,8 milhões de euros. Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis importantes (9,6 milhões de euros, representando 12,2% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 79% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Finlândia, Holanda, e França). A Companhia detinha ainda um volume importante em Depósitos à Ordem e a Prazo (36,2 milhões de euros).

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma correcta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia:

“Net loss limit”: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos.

Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

(UN:EUROS)				
RATING MÉDIO	2012	%	2011	%
AAA	19.342.548	18,1%	51.140.359	53,9%
AA	23.419.626	21,9%	17.042.998	18,0%
A	18.422.041	17,2%	-	-
BBB	30.880.338	28,9%	-	-
BB	1.051.382	1,0%	-	-
B	-	0,0%	946.816	1,0%
NR	13.783.992	12,9%	25.690.692	27,1%
TOTAL	106.899.927	100,0%	94.820.865	100,0%

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

(UN:EUROS)				
RATING MÉDIO	2012	%	2011	%
< 1 ano	45.753.273	42,8%	82.391.894	86,9%
1 a 2 anos	19.612.285	18,3%	1.402.754	1,5%
3 a 5 anos	18.121.995	17,0%	5.407.554	5,7%
6 a 10 anos	12.701.163	11,9%	4.053.316	4,3%
> 10 anos	18.278	0,0%	776.567	0,8%
s/ maturidade	10.692.933	10,0%	788.779	0,8%
TOTAL GERAL	106.899.927	100,0%	94.820.865	100,0%

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

(UN:EUROS)				
RATING MÉDIO	2012	%	2011	%
Dívida Soberana	32.506.039	30,4%	83.578.290	88,1%
Utilities	425.775	0,4%	-	-
Industrial	1.010.227	0,9%	-	-
Consumo Cíclicas	4.400.905	4,1%	-	-
Financeiro	57.790.425	54,1%	10.478.325	11,1%
Fundo Obrigações	10.692.933	10,0%	739.721	0,8%
Outros	73.623	0,1%	24.529	-
TOTAL GERAL	106.899.927	100,0%	94.820.865	100,0%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(UN:EUROS)

EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILÍSTICO	31 DE DEZEMBRO DE 2012				MATURIDADE MÉDIA (ANOS)
		JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA		
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	15.441	17.707	2.266	4%	Perpétua	54
Grécia						
Irlanda						
Espanha						
Itália	1.997.931	2.007.500	9.569	2%	1	100
	2.013.372	2.025.207	11.835	2%	2	100

(UN:EUROS)

EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILÍSTICO	JUSTO VALOR	31 DE DEZEMBRO DE 2011			
			RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	15.310	11.746	-3.563	4%	Perpétua	53
Grécia						
Irlanda						
Espanha	2.407.341	2.395.560	-11.781	3%	1	100
Itália	8.313.656	8.219.605	-94.051	4%	1	100
	10.736.307	10.626.911	-109.396	3%	1	100

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

“Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2012, um valor de 43,28 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de activos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 26,20, o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

Margem de Solvência

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2012 é de 2,53 (2011: 1,28).

Ao longo do exercício de 2012 e com periodicidade mensal, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência desta empresa de seguros. Foi por isso possível constatar que, no final do mês de Novembro, a taxa de cobertura do capital exigível se situava em 92.3%. Esta situação que foi revertida no mês seguinte através do aumento de capital registado, correspondente a € 31 Mio. Não considerando esta situação pontual, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Como objectivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus accionistas
- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de activos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a actividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.

A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas directrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a accionistas, quer segurados. A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de activos, passivos e riscos de uma forma

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as acções que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na optimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.

As exigências de capital são objecto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (stress test) e para cada classe de activos separadamente.

Sensibilidade a Subidas nas Taxas de Juro

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 0,52% e representa cerca de 63% do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2012 era de 26,2 milhões de euros, a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida superior a 7 mil pontos base nas taxas de juro e consequente impacto no valor dos capitais próprios.

Sensibilidade à Desvalorização dos Activos Imobiliários

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2012 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 1%. Considerando mais uma vez que o Excesso de Solvência era no final do ano de 26,2 milhões de euros, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 68,2%. Esta desvalorização corresponde ao choque máximo que o activo pode sofrer de acordo com os pressupostos da análise e que estabelecem que o valor do terreno não perde valor. Neste caso, e após o choque testado, o valor dos activos imobiliários corresponderia apenas ao valor dos terrenos, a margem de solvência continuaria positiva em 25,7 milhões de euros e o impacto no Capital Próprio seria de 472 mil euros.

1 Pressupõe-se uma subida das taxas de juro em todos os prazos da curva de rendimento.

2 Assume-se que o stress test sobre os activos imobiliários exclui o valor dos terrenos.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo reflectido:

	TAXA DE JURO	IMOBILIÁRIO
Teste de Sensibilidade:		
Varição Subjacente	+7521,9 p.b.	(68,2%)
Impacto no Valor do Activo	(26.200.375)	(471.700)
Impacto nos Resultados e Capital		
Impacto no Resultado Exercício	-	
Impacto no Capital Próprio	(26.200.375)	(471.700)
Excesso Solvência após Stress Test	-	25.728.675

Quadro 6 (valores em Euros)

Obs.: O impacto no Capital Próprio pode existir directamente através do reconhecimento da Reserva de Reavaliação, ou indirectamente pelo Resultado do Exercício.

RISCO	EXPOSIÇÃO A VALORES DE MERCADO	DURAÇÃO MODIFICADA	VARIÇÕES			
			(+)	IMPACTO	(-)	IMPACTO
Taxa de Juro	67.404.306	0,5%	- 100 p.b.	348.323	+ 100 p.b.	(348.323)
Imobiliário	691.700		+10%	69.170	- 25%	(172.925)
Impacto nos Capitais Próprios (*)				417.493		(521.248)
Margem de Solvência				256%		250%

(*) Impacto nos capitais próprios, assumindo uma variação simultânea dos diferentes indicadores

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Em 2012 destacam-se as seguintes actividades na gestão e mitigação deste risco:

- Análise dos processos e respectivos riscos e controlos identificados no grupo SMABTP, bem como do aplicativo que utilizam para registo de perdas e avaliação de eficácia dos controlos existentes, de forma a alinharmos o respectivo modelo de gestão adaptado às especificidades de cada companhia;
- Face às alterações na organização, iniciou-se a actualização dos processos internos de negócio, com a identificação dos actuais donos do processo, actividades, riscos e controlos inerentes à mitigação dos mesmos;
- Actualização e gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a identificação de melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução vs status dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta Redmine;
- Implementação de um novo modelo de gestão Anti-Fraude, constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e por equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude, o qual permitiu detectar mais 170% de casos de Fraude Efectiva/ Suspeita relativamente ao período homólogo.

Risco de Compliance

O Risco de Compliance corresponde ao risco de perdas

financeiras ou reputacionais em consequência de incumprimento da legislação em vigor, com impacto na actividade. A gestão deste risco é efectuada dentro da área de Gestão de Riscos, tendo como objectivo analisar a legislação (nova e em vigor) e acompanhar a evolução dos procedimentos de implementação, que assegurem o seu cumprimento. De forma a mitigar o risco de incumprimento das obrigações legais, a área de Compliance efectua um acompanhamento mensal com as áreas envolvidas para o efeito.

Em 2012, não se registou nenhuma situação de contra-ordenação por parte da Entidade de Supervisão – ISP à Victoria, nem quaisquer casos de violação ao Código de Conduta.

V - NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Caixa e equivalentes	8.279	8.077
Depósitos à ordem	4.738.115	2.914.607
	4.746.934	2.922.684

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

directamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 168.665 Euros (2011: 977.955 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

(UN:EUROS)

EDIFÍCIO	EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO DO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
De uso próprio					
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2012	357.333	290.000	(38.525)	81
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2012	268.008	215.500	(33.532)	78
Av. Brasil 6 – Oeiras	2012	166.737	186.200	8.180	80
TOTAL		792.078	691.700	(63.877)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(UN:EUROS)

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES					
Terrenos	223.800	-	-	(21.302)	-	-	202.498
Edifícios	522.200	13.198	-	(19.800)	-	(6.132)	483.070
TOTAL	746.000	13.198	-	(41.102)	-	(6.132)	685.568

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efectuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efectuados testes de imparidade.

NOTA 3 – Activos disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(UN:EUROS)

	2012			2011		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	RESERVA DE JUSTO VALOR	SALDO FINAL	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	RESERVA DE JUSTO VALOR	SALDO FINAL
Instrumentos de capital e unid. participação	10.618.493	74.440	10.692.933	774.814	(10.564)	764.250
Títulos de Dívida	67.121.247	568.129	67.689.376	93.708.532	323.553	94.032.085
Dívida Pública	8.968.270	525.195	9.493.465	81.954.845	389.153	82.343.998
De Outros Emissores Públicos	22.963.914	(62.264)	22.901.650	-	-	-
De Outros Emissores	34.903.993	105.198	35.009.191	10.316.125	(65.600)	10.250.525
Juro a receber	285.070		285.070	1.437.562	-	1.437.562
TOTAL	77.739.740	642.569	78.382.309	(41.102)	312.989	94.796.335

Em 31 de Dezembro de 2012 os activos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores observáveis em mercados activos

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis. São incluídos neste nível as unidades de participação em fundos de investimento valorizadas pelo Net Asset Value divulgado pelas respectivas entidades gestoras;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

	2012	2011
Nível 1	67.689.376	94.796.335
Nível 2	10.692.933	-
Nível 3	-	-
TOTAL	78.382.309	94.796.335

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTA 4 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	2012	2011
Outros Depósitos – Dep Prazo	28.443.212	-
Acréscimo de juros	783	-
Empréstimos concedidos	72.812	24.529
Acréscimo de juros	811	-
	28.517.618	24.529

NOTA 5 – Afectação dos Investimentos

Os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

2012	SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	3.639.974	1.106.420	-	4.746.394
Terrenos e Edifícios	-	685.568	-	685.568
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-	-	-
Títulos de Dívida	-	-	-	-
Activos disponiveis para venda	25.911.428	52.470.881	-	78.382.309
Instrumentos de Capital e Unid Participação	7.612.900	3.080.033	-	10.692.933
Títulos de Dívida	18.298.528	49.390.848	-	67.689.376
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.500.069	2.943.287	23.074.262	28.517.618
Depósitos a Prazo	2.500.069	2.943.287	23.000.639	28.443.995
Empréstimos concedidos	-	-	73.623	73.623
TOTAL	32.051.471	57.206.156	23.074.262	112.331.889

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

2011	ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	6,115	2.916.569	-	2.922.684
Terraços e Edifícios	-	746.000	-	746.000
Activos disponíveis para venda	43.353.418	51.442.917	-	94.796.335
Instrumentos de capital e unid Participação	227.898	536.352	-	764.250
Títulos de Dívida	43.125.520	50.906.565	-	94.032.085
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	24.529	24.529
Empréstimos concedidos	-	-	24.529	24.529
TOTAL	43.359.533	55.105.486	24.529	98.489.548

NOTA 6 – Outros activos tangíveis e Inventários

Os outros activos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊN- CIAS E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES			REFORÇO	REGULARIZA- ÇÕES	
Equipamento					-				
Equipamento administrativo	930.741	(690.448)	8.097	-	-	(12.154)	(108.624)	10.872	144.125
Máquinas e ferramentas	128.501	(102.157)	-	-	-	(949)	(13.910)	761	12.246
Equipamento informático	1.385.005	(1.317.995)	42.689	-	-	(8.198)	(58.066)	8.198	50.478
Instalações interiores	208.868	(56.198)	31.081	-	-	-	(28.916)	-	155.278
Outro Equipamento	1.433.178	(1.196.181)	-	-	-	-	(64.973)	-	172.024
Sub-Total	4.086.293	(3.362.979)	81.867	-	-	(21.301)	(274.489)	19.831	534.151
Património artístico	8.366	-	-	-	-	-	-	-	8.366
TOTAL	4.099.588	(3.362.979)	81.867	-	-	(21.301)	(274.489)	19.831	542.517

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTA 7 – Outros activos intangíveis

A análise é efectuada através do seguinte quadro:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES			REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)			-				
Despesas									
Aplicações	11.938.564	(10.857.388)	1.348	-	1.287.601	-	(775.429)	-	1.594.696
Informáticas									
Activos intangíveis em curso	661.064	-	1.090.035	-	(1.287.601)	-	-	-	463.498
Outros	1.068.396	(1.068.396)							-
TOTAL	13.837.412	(12.095.172)	1.091.383	--	-	-	(775.429)	-	2.058.194

NOTA 8 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2011	2010
Tomadores de Seguros	10.828.401	9.804.263
Mediadores de Seguros	1.689.047	306.134
Co-Seguradores	139.256	-
Imparidade	(827.809)	(900.424)
Sub-Total	11.828.895	9.209.973
Resseguradores e Ressegurados	500.986	678.197
Sub-Total	500.986	678.197
Outros Devedores	2.623.961	2.164.541
Imparidade	(333.399)	(196.060)
Sub-Total	2.290.562	1.968.481
TOTAL	14.620.443	11.856.651

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Na rubrica Tomadores de seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de 827.809 Euros (2011: 900.424 Euros). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2012, uma vez que nos testes efectuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Regista também os movimentos relativos a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 3.017.501 (2011: Euros 2.825.063) que ainda se encontram pendentes de regularização.

Em Outros Devedores encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 16.

NOTA 9 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a

que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efectuada a comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Benefícios de pós emprego	907.878	975.959
Outros Benefícios de longo prazo	(320.203)	(272.382)
TOTAL	587.675	703.577

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 28. As Obrigações com benefícios dos empregados estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objecto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no activo admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afecto ao respectivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação actuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	391.967	334.097
Justo valor dos activos do fundo	391.967	1.343.129
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	1.009.032

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafecção.

A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CTT foi de € 24.705.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- actualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	6	8.788 €	1.266 €	65

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidades por benefícios	222.462	363.401	585.863	164.757	305.455	470.212
Justo valor dos activos do fundo	1.173.538	-	1.173.538	164.757	-	164.757
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	951.076	(363.401)	587.675	-	(305.455)	(305.455)

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor actual da responsabilidade em 1 de Janeiro	164.757	305.454	470.211	609.620	176.500	786.120
Custo do serviço corrente	-	8.279	8.279	25.218	139.491	164.709
Custo de juros	6.451	15.273	21.724	28.958	8.384	37.342
(Ganhos) e perdas actuariais	95.080	34.395	129.475	(94.018)	(5.055)	(99.073)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	533	(13.865)	(13.332)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	(65.384)	-	(65.384)
Benefícios pagos	(8.086)	-	(8.086)	(6.073)	-	(6.073)
Redução por alteração do CCT	(35.740)	-	(35.740)	(334.097)	-	(334.097)
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	222.462	363.401	585.863	164.757	305.455	470.212

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, ALICO e BES-Vida. A responsabilidade ascende a € 1.727.973 (2011: € 1.770.452).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como se segue:

	2012	2011
Activos do plano em 01 de Janeiro	164.757	1.504.636
Retorno esperado dos activos	16.502	15.153
Ganhos e (perdas) actuariais	27.073	(5.830)
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(8.086)	(6.073)
Redução por alteração do CCT	973.292	(1.343.129)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Activos do plano em 31 de Dezembro 1.173.538 164.757

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	(UN:EUROS)					
	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	-	8.279	8.279	25.218	139.491	164.709
Custo de juros	6.451	15.273	21.724	28.958	8.384	37.342
Retorno esperado dos activos	(16.502)	-	(16.502)	(15.153)	-	(15.153)
Benefícios passados não reconhecidos anteriormente	-	-	-	533	-	533
Redução de benefícios por saídas antecipadas	-	-	-	(65.384)	-	(65.384)
Ganhos e perdas actuariais	-	25.923	25.923	-	(13.865)	(13.865)
Total do custo do ano	(10.051)	49.475	39.424	(25.828)	134.010	108.182

O justo valor dos activos que constituem o plano 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
Fundos de Investimento Imobiliários	2,45%	37.76	2,45%	36.907
Fundos de Investimento em Acções	1,36%	20.940	1,36%	20.459
Acções	-	-	-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	12,47%	192.447	12,47%	188.022
Obrigações de Taxa Variável	5,68%	87.666	5,68%	85.651
Obrigações de Taxa Fixa	74,65%	1.152.108	74,65%	1.125.616
Mercado Monetário	3,40%	52.436	3,40%	51.231
TOTAL		1.543.374		1.507.886

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

O retorno real dos activos foi de Euros 43.575.

Os ganhos e perdas actuariais em 2012 e 2011 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	15.371	8.108	23.479	426.398	3.053	429.451
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(95.080)	(8.471)	(103.551)	94.018	5.055	99.073
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	27.073		27.073	(5.830)	-	(5.830)
Redução por alteração do CCT	-		-	(499.215)	-	(499.215)
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	(52.636)	(363)	(52.999)	15.371	8.108	23.479

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2012	2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,361%	5%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de actualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades por benefícios	585.863	470.212	786.120	1.049.022	1.062.222
Justo valor dos activos do fundo	1.173.538	164.757	1.504.636	1.529.624	1.474.715
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	587.675	(305.455)	718.516	480.602	412.493

NOTA 10 – Activos e Passivos por impostos

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	(UN:EUROS)					
	ACTIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investimentos financeiros		-	170.281	136.016	(170.281)	(136.018)
Benefícios a empregados	48.614	45.931	-	32.492	48.614	13.439
Provisões	636.398	462.645		-	636.398	462.645
Terrenos e edifícios	24.057	27.566	2.167	3.856	21.890	23.710
Outros passivos	310.624	302.179		348.435	310.624	(46.256)
Prejuízos fiscais	-	1.131.719		-	-	1.131.719
Impostos diferidos activos / (passivos)	1.019.693	1.970.040	172.448	520.801	847.254	1.449.241

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

(UN:EUROS)

	2012			2011		
	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Investimentos financeiros	53.076	(87.339)	(34.263)	53.078	18.710	71.788
Benefícios a empregados	35.175		35.175	41.296	-	41.296
Provisões	173.753		173.753	145.577		145.577
Imóveis	(3.506)	1.686	(1.820)	1.381	-	1.381
Outros passivos	356.879		356.879	(328.948)		(328.948)
Prejuízos fiscais	(1.131.719)		(1.131.719)	(1.944.173)	-	(1.944.173)
Impostos diferidos activos / (passivos)	(516.342)	(85.653)	(601.995)	(2.031.789)	18.710	(2.013.079)

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais (gerados nos exercícios anteriores no âmbito do RETGS) para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência, proceder à anulação do IDA correspondente.

O montante de reporte fiscal, relativamente aos prejuízos, é o seguinte:

(UN:EUROS)

EXERCÍCIO	DT LIMITE	RESULTADO FISCAL
2008	2014	-10.323.423,52
2009	2015	-4.010.888,42
2010	2014	-8.832.608,87
2011	2016	-11.817.084,74
TOTAL		-34.984.005,55

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Imposto corrente	(654.754)	186.230
Imposto diferido	(516.342)	2.031.789
Imposto do exercício	(1.171.096)	2.218.019

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	(UN:EUROS)		
	2012	2011	VARIACÃO
Imposto diferido	(172.449)	(86.798)	(85.653)
Investimentos financeiros	(170.281)	(82.942)	(87.339)
Terrenos e edifícios	(2.168)	(3.856)	1.686
Total Imposto reconhecido reservas	(172.449)	(86.798)	(85.653)

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
RESULTADO ANTES IMPOSTO	(8.119.228)	(13.174.191)
Taxa Imposto	26,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	2.151.595	3.491.161
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(139.538)	(127.729)
Imparidade por impostos diferidos	(2.537.300)	(5.237.721)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	8.587	
Imposto Autonomo (Trib. Autonoma+Derrama)	(654.440)	(343.730)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(1.171.096)	(2.218.019)

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**NOTA 11 – Provisões Técnicas**

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisadas como segue:

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	(UN:EUROS)	
			VALOR DE BALANÇO 2012	VALOR DE BALANÇO 2011
Provisões técnicas de seguro directo	88.922.922	2.389.329	86.533.593	86.434.728
Provisão para prémios não adquiridos	20.577.153	2.389.329	18.187.824	19.602.332
Provisão para sinistros	57.583.041	-	57.583.041	54.160.404
Provisão participação resultados	29.860	-	29.860	53.921
Provisão para desvios de sinistralidade	4.338.425	-	4.338.425	4.137.185
Outras provisões técnicas	6.394.443	-	6.394.443	8.480.886
Provisões técnicas de resseguro cedido	15.746.750	-	15.746.750	9.145.862
Provisão para prémios não adquiridos	7.809.672	-	7.809.672	4.604.077
Provisão para sinistros	7.937.078	-	7.937.078	4.541.785

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação, não sendo efectuado qualquer diferimento dos custos por natureza imputados.

1) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 3.006.277 Euros (2011: 3.353.975 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui

uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No decorrer de 2012, efectuou-se um estudo actuarial, tendo-se apurado o montante de 1.352.578 Euros (2011: 1.156.742 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N-1 (1)	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (2)	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N (3)	REAJUSTAMENTOS (4)
(UN:EUROS)				
Não Vida				
Acidentes e doença	31.354.806	11.171.053	23.311.185	3.127.432
Incêndio e outros danos	6.169.103	3.481.943	1.936.712	(750.448)
Automóvel				
- Responsabilidade civil	11.931.597	5.524.321	7.221.989	814.713
- Outras coberturas	3.105.633	1.473.102	559.751	(1.072.780)
Marítimo, aéreo e transportes	1.173.958	224.654	208.666	(740.638)
Responsabilidade civil geral	424.345	150.644	376.547	102.846
Crédito e caução	960	-	367.064	366.104
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	2	-	-	(2)
TOTAL	54.160.404	22.025.717	33.981.914	1.847.227

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2012, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 18.346.809 Euros (2011: 16.336.948 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Pensões remíveis:

- Tábua de mortalidade TD 88/90
- Taxa de desconto 5,25%
- Encargos de gestão -

Pensões em pagamento:

- Tábua de mortalidade TV 88/90
- Taxa de desconto 3%
- Encargos de gestão 2%

II) Provisão para Participação nos Resultados

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, prevêem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

III) Outras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondam a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

NOTA 12 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Tomadores de Seguros	1.471.737	1.462.826
Mediadores de Seguros	713.557	694.480
Co-Seguradores	97.591	132.075
Sub-total	2.282.885	2.289.381
Resseguradores	1.245.458	1.389.227
Outros Credores	997.685	2.810.203
TOTAL	4.526.028	6.488.811

A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 13 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Acréscimos e diferimentos no Activo

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Rendas e alugueres	55.999	55.020
Outros acréscimos e diferimentos	63.121	-
TOTAL	119.120	55.020

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Férias e subsídio de férias	1.102.731	969.599
Incentivos comerciais	2.035.924	1.704.232
Rendas e Alugueres	-	-
Outros acréscimos e diferimentos	1.994.366	1.283.997
TOTAL	5.133.021	3.957.828

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Outros acréscimos e diferimentos inclui incentivos de desempenho atribuídos aos colaboradores e órgãos

sociais, no montante de Euros 1.515.924 (2011: Euros 1.171.300).

NOTA 14 – Capital Próprio

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de Dezembro, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 acções, de valor nominal de Euros 5 cada.

No que respeita à Reservas de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros

	(UN:EUROS)			
	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES/ DESVALORIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De justo valor de activos financeiros	312.989	468.877	(139.297)	642.569
Instrumentos de capital e Unid. participação	(10.564)	85.004	-	74.440
Títulos de Dívida	323.553	383.873	(139.297)	568.129
Dívida Pública	389.153	258.615	(122.573)	525.195
De Outros Emissores Públicos	-	(62.264)	-	(62.264)
De Outros Emissores	(65.600)	187.522	(16.724)	105.198
Terrenos e Edifícios	14.550	(6.370)	-	8.180
TOTAL	327.539	462.507	(139.297)	650.749

NOTA 15 – Reserva Legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

NOTA 16 – Transacções entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

No decurso de 2012, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP.

A análise das transacções com entidades relacionadas, é analisada como segue:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

(UN:EUROS)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, SGPS,SA	VICTORIA SEGUROS DE VIDA, SA	SMABTP	ASEFA	SMA VIE BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite					
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido			15.256.941	79	-
Total dos Proveitos	-	-	15.256.941	79	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseguro			3.664.143		
Custos com sinistros			7.903.847	2.025	
Outros Gastos Gerais e Administrativos	346.782			41.060	78.739
Total dos Custos	346.782	-	11.567.990	43.085	78.739
Líquido Proveitos/ (Custos) 2012	(346.782)		3.688.951	(43.006)	
Líquido Proveitos/ (Custos) 2011	(118.310)	-	-	-	

(UN:EUROS)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, SGPS,SA	VICTORIA SEGUROS DE VIDA, SA	SMABTP	ASEFA	SMA VIE BTP
Activo					
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	-	-	-	-	-
Outros Credores por operações de seguro	-	-	14.045	1.945	
Outros Credores por outras operações	1.399.872	71.753		49.379	
Total do Activo	1.399.872	71.753	14.045	51.324	
Passivo					
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	1.384	-	-
Outros Credores por operações de seguro	-	-	-	-	-
Outros Credores por outras operações	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	1.384	-	-
Líquido Activo / (Passivo) 2012	1.399.872	71.753	12.661	51.324	-
Líquido Activo / (Passivo) 2011	(143.371)	(105.876)		-	-

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

As transacções efectuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transacções efectuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVie BTP, esta desenvolve a actividade de front office da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 17 – Elementos extra patrimoniais**Compromissos com locação operacional**

Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se reflectidos do seguinte modo:

	(UN:EUROS)
COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2013	279.810
2014	269.260
2015	204.456
2016	64.820
TOTAL	818.346

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são analisadas como segue:

	(UN:EUROS)	
NATUREZA DA GARANTIA	2012	2011
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Câmara Municipal do Porto	5.756	-
TOTAL	7.659	1.903

VI - NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS**NOTA 18 – Prémios de Contratos de seguro**

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2012 e 2011 pode ser analisada do seguinte modo:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

	(UN:EUROS)				
2012	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro directo					
Acidentes e doença	39.442.873	39.737.087	32.700.340	12.282.245	(732.339)
Incêndio e outros danos	18.397.975	19.256.628	15.372.741	5.732.025	775.707
Automóvel					
- Responsabilidade civil	12.192.850	12.775.150	10.576.439	3.815.804	(1.983.797)
- Outras coberturas	5.168.024	5.756.844	3.443.260	2.323.576	(211.322)
Marítimo, aéreo e transportes	4.496.073	4.493.912	1.905.212	1.128.424	(356.257)
Responsabilidade civil geral	874.330	789.179	260.804	442.465	(59.291)
Crédito e caução	49.520	59.463	582.259	8.728	142.847
Protecção jurídica					
Assistência					
Diversos	980	2.670	(2)	377	
Sub-total	80.622.625	82.870.933	64.841.053	25.733.644	(2.424.452)
Resseguro aceite					
TOTAL	80.622.625	82.870.933	64.841.053	25.733.644	(2.424.452)

	(UN:EUROS)				
2012	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro directo					
Acidentes e doença	45.610.994	46.310.044	39.732.119	12.975.465	(1.440.804)
Incêndio e outros danos	21.109.886	21.512.943	11.268.560	6.827.706	(4.695.949)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	15.359.217	17.117.278	13.305.518	5.276.220	(1.936.037)

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

					(UN:EUROS)
2012	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
- Outras coberturas	8.696.456	11.237.040	11.599.373	3.599.079	(465.168)
Marítimo, aéreo e transportes	3.938.389	3.908.532	1.941.223	975.435	(413.173)
Responsabilidade civil geral	822.436	866.649	424.926	450.608	(116.515)
Crédito e caução	36.230	33.927	24.961	8.450	(4.922)
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	4.675	5.383	(888)	2.388	(791)
Sub-total	95.578.283	100.991.797	78.295.791	30.115.352	(9.073.359)
Resseguro aceite					
TOTAL	95.578.283	100.991.797	78.295.792	30.115.351	(9.073.359)

NOTA 19 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços

As comissões dos contratos de prestação de serviços no montante de 72.131 Euros (2011: Euros 255.575) são determinadas de acordo com o estipulado nos contratos, sendo o seu valor registado por estimativa nas datas de reporte e ajustado nas anuidades dos contratos.

NOTA 20 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2012 e 2011, são analisados como segue:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

(UN:EUROS)				
2012	MONTANTES PAGOS		VARIACÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)		
Seguro directo				
Acidentes e doença	30.390.119	1.664.089	646.132	32.700.340
Incêndio e outros danos	13.503.530	698.022	1.171.189	15.372.741
Automóvel				
- Responsabilidade civil	9.463.569	691.026	421.844	10.576.439
- Outras coberturas	4.415.270	327.188	(1.299.198)	3.443.260
Marítimo, aéreo e transportes	1.368.395	107.952	428.865	1.905.212
Responsabilidade civil geral	208.051	16.659	36.094	260.804
Crédito e caução	-	-	582.259	582.259
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	(2)	(2)
Sub-total	59.348.934	3.504.936	1.987.183	64.841.053
Resseguro aceite				-
TOTAL	59.348.934	3.504.936	1.987.183	64.841.053
MONTANTES PAGOS				
2011	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIACÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	35.933.117	1.526.325	2.272.677	39.732.119
Incêndio e outros danos	13.229.001	601.116	(2.561.557)	11.268.560

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

2011	MONTANTES PAGOS			
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
Automóvel				
- Responsabilidade civil	12.580.826	584.135	140.557	13.305.518
- Outras coberturas	12.989.193	605.870	(1.995.690)	11.599.373
Marítimo, aéreo e transportes	1.596.050	65.545	279.628	1.941.223
Responsabilidade civil geral	269.866	12.226	142.834	424.926
Crédito e caução	25.001	-	(40)	24.961
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos		1.019	(1.907)	(888)
Sub-total	76.623.054	3.396.236	(1.723.498)	78.295.792
Resseguro aceite	-	-	-	-
TOTAL	76.623.054	3.396.236	(1.723.498)	78.295.792

NOTA 21 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Activos disponiveis para venda	855.215	1.404.103
Instrumentos de Capital e Unid Participação	23.182	26.871
Títulos de Dívida	832.033	1.377.232
Empréstimos concedidos e contas a receber	14.752	117.517
Depósitos	12.625	24.102
Empréstimos concedidos	2.127	93.415
TOTAL	869.967	1.521.620

O montante dos rendimentos de investimentos financeiros refere-se exclusivamente a juros.

NOTA 22 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 27.

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**NOTA 23 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas**

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:
(Un: Euros)

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	131.188	99.585
Títulos de Dívida	243.778	(29.782)
Sub-total	374.966	69.803
Terrenos e Edifícios	(34.732)	-
TOTAL	340.234	69.803

NOTA 24 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Outros rendimentos técnicos		
Por gestão co-seguro	6.135	5.768
Por outros	2.832	4.340
TOTAL	8.967	10.108

NOTA 25 – Outras provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

	(UN:EUROS)				
	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras Provisões	1.084.529	990.265	-	11.448	2.063.346

NOTA 26 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

	(UN:EUROS)				
	2012	2011		2012	2011
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	250		Restituição impostos		
Multas e penalidades	14.242	19.645	Outros rendimentos e ganhos	24.932	72.963
Quotizações diversas					
Outros gastos e perdas	58.742	27.435			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	1.491	656	Juros obtidos	263	587
Outros gastos e perdas	389.073	76.430	Outros rendimentos e ganhos	15.041	18.146
Ajustamentos					
De recibos por cobrar			Outros	354.455	877.613
De créditos de cobrança duvidosa	137.339	30.443	Ajustamentos		
Perdas em activos tangíveis	1.471		De recibos por cobrar	363.320	13.614
			De créditos de cobrança duvidosa	-	-
Sub-total	602.608	154.609		758.011	982.923
TOTAL	155.403	828.314			

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A rubrica Outros rendimentos inclui o montante de Euros 603.000 para 2011, relativo à regularização de saldos de agentes e mediadores.

NOTA 27 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Despesas com pessoal	10.664.694	10.466.174
Fornecimento e serviços externos	5.243.319	5.863.400
Impostos e taxas	466.855	360.774
Amortizações do exercício	1.056.051	1.327.416
Juros suportados		
Comissões	46.439	111.785
TOTAL	17.477.358	18.129.549

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários facturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 62.000 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 20.000 Euros

Consultoria Fiscal no montante de 18.015 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Custos com sinistros	3.504.936	3.396.236
Custos de exploração		
Custos de aquisição	5.192.595	5.411.370
Custos administrativos	8.441.328	8.869.700
Custos com investimentos	338.499	452.243
TOTAL	17.477.358	18.129.549

NOTA 28 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 220 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

	(UN:EUROS)	
QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2012	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2011
Quadros superiores	27	29
Quadros médios	21	53

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	(UN:EUROS)	
	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2012	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2011
Profissionais altamente qualificados	47	35
Profissionais qualificados	125	92
Estagiários e aprendizes	-	7
TOTAL	220	216

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

	(UN:EUROS)	
	2012	2011
Remunerações		
dos órgãos sociais	30.342	438.824
do pessoal	7.501.372	7.541.886
Encargos sobre remunerações	1.898.260	1.561.638
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	25.450	4.561
Planos de benefício definido	(10.051)	(25.828)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	49.475	134.010
Benefícios de cessação de emprego	792.704	520.912
Seguros obrigatórios	173.746	147.293
Gastos de acção social	31.541	40.101
Outros gastos com pessoal	171.854	102.777
TOTAL de custos com pessoal	10.664.694	10.466.174

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

ÓRGÃOS	Nº ELEMENTOS	VALOR TOTAL REMUNERAÇÃO	
		VICTORIA VIDA	VICTORIA SEGUROS
Conselho Executivo	2	-	457.646
Directores	9	388.561	818.708
Responsáveis	12	134.163	512.613
TOTAL	23	522.724	1.788.967

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Actividade Seguradora.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VII - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspectivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da actividade normal da empresa.

VIII - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX - NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguintes:

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Já endossadas pela UE:

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter

na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7. Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 13 Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva. Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento. Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

De acordo com o endosso, esta Norma é aplicada para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva. Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras ao nível das divulgações.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos. O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de

incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não endossadas pela UE:

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor. Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor. Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de

Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período. Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros. Da aplicação desta Norma são esperados impactos

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras. Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são

materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos. De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento. As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva. Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUI- SIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUI- SIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	99,75		399.012	115	461.780	5.918	3,000%
IT0004612179	BUONI POLIENNALI TF 10/13		2.000.000	99,90		1.997.931	100	2.007.500	3.068	2,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	114,66		1.949.206	125	2.128.993	20.842	1,500%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	100,88		201.765	116	231.940	4.790	3,375%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		1.000.000	116,17		1.161.745	128	1.275.690	8.260	1,600%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	103,66		621.937	121	727.410	3.655	1,300%
FR0010061242	FRANCE O.A.T. TF 03/14		500.000	103,32		516.613	105	525.650	13.644	4,000%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	104,03		104.031	116	116.395	2.729	4,000%
NL0009331461	NETHERLANDS GOVT TF 10/13		2.000.000	100,03		2.000.589	100	2.000.400	33.470	1,750%
	SUB-TOTAL		8.500.000			8.952.829		9.475.758	96.376	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	99,41		2.982.372	99	2.975.340	1.036	0,222%
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	99,88		4.993.874	101	5.043.400	6.310	0,590%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,89		2.996.632	100	2.989.560	1.261	0,244%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN- -WESTFALEN 12/16		3.000.000	99,96		2.998.830	100	2.998.620	1.283	0,296%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN- -WESTFALEN 12/18		3.000.000	99,86		2.995.816	99	2.978.520	2.310	0,360%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,88		2.996.427	100	2.998.290	868	0,613%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	100,00		2.999.963	97	2.917.920	909	0,909%
	SUB-TOTAL		23.000.000			22.963.914		22.901.650	13.977	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS0428611973	ABN AMRO BANK NV TF 09/14		800.000	101,13		809.062	104	835.280	16.570	3,375%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		3.000.000	101,41		3.042.250	101	3.021.150	6.061	1,102%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,78		305.325	97	291.111	22	0,664%
XS0555679728	BANK OF IRELAND TF 10/13		1.000.000	99,97		999.652	101	1.012.430	38.952	5,875%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.400.000	99,94		1.399.184	100	1.397.284	516	0,390%
XS0542371975	BNP PARIBAS 10/13		4.000.000	100,01		4.000.501	100	4.006.040	907	0,583%
FR0010257683	CIF EUROMORTGAGE TF 06/13		1.000.000	100,10		1.001.021	100	1.004.400	27.907	3,625%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.500.000	99,90		1.498.514	100	1.498.515	362	0,511%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN- -HYPOBK		800.000	102,55		820.384	113	900.600	5.348	4,000%
XS0342241295	DNB NOR BOLIGKRE TF 08/13		800.000	100,15		801.199	100	801.880	30.115	4,125%
XS0441402681	EDISON SPA TF 09/14		400.000	104,62		418.475	105	418.276	7.499	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		3.000.000	99,90		2.996.970	100	2.997.120	-	
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		1.500.000	100,00		1.499.970	100	1.502.055	934	0,679%
XS0181049205	LANDBK HESSEN- -THUERINGEN 03/15		2.000.000	100,99		2.019.712	100	1.999.940	525	0,315%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	99,66		2.989.829	100	3.005.520	478	0,287%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,77		997.716	101	1.007.460	2.767	1,000%
DE0005335483	MUENCHENER HYPOBNK TF 03/13		800.000	100,54		804.326	101	807.760	24.778	4,250%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
XS0773247803	RABOBANK NED 12/13		1.000.000	99,99		999.867	100	1.000.780	1.039	0,499%
XS0805132593	RABOBANK NEDERLAND 12/13		1.500.000	100,00		1.499.929	100	1.501.440	1.434	0,459%
XS0576601396	SOCIETE GENERALE 11/13		3.000.000	100,01		3.000.153	100	3.000.420	4.556	0,710%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		3.000.000	100,00		2.999.954	100	2.999.730	3.376	0,494%
	sub-total		34.800.000			34.903.993		35.009.191	174.146	
	sub-total		66.300.000			66.820.736		67.386.599	284.499	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	48			13.455	645.828	13.460	646.070	-	
FR0010092528	BNPP - MONEY PRIME EURO C	947			1.191	1.127.429	1.191	1.127.516	-	
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES- IC	559			2.275	1.271.881	2.276	1.272.502	-	
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	123			10.917	1.342.825	10.919	1.343.053	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.106			109	774.814	119	845.117	-	
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	14			57.057	798.805	57.074	799.035	-	
FR0000293698	BTP TRESORERIE	66			10.745	709.165	10.752	709.607	-	
FR0000291239	CPR CASH - P	55			22.469	1.235.768	22.476	1.236.195	-	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010554683	ECOFI MONETAIRE COURT TRM - I	140			10.934	1.530.820	10.940	1.531.610	-	
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	11			107.378	1.181.158	107.475	1.182.228	-	
	SUB-TOTAL	9.069				10.618.493		10.692.933	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL	9.069								
	TOTAL	9.069	66.300.000			77.439.229		78.079.532	284.499	
	3 - TOTAL GERAL	9.069	66.328.701			77.454.670		78.097.239	285.070	

03

**RELATÓRIOS DE
FISCALIZAÇÃO**

VICTORIA SEGUROS, S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2012**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1500-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA - Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 147.420.482 Euros e um total de capital próprio de 45.375.858 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.290.324 Euros), as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na CMVM
Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited



2

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA - Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 19 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Salceda

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros, S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA-Seguros, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

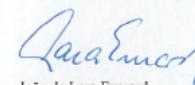
Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
- c) A gestão da Sociedade exercida em 2012 pelo Conselho de Administração.

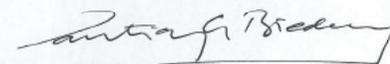
Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 21 de Março de 2013

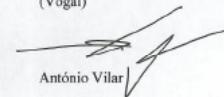
O Conselho Fiscal



João de Lara Everard
(Presidente)



Santiago Gil de Biedma
(Vogal)



António Vilar
(Vogal)



VICTORIA INTERNACIONAL DE
PORTUGAL, S.G.P.S., S.A

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Edifício VICTORIA - Av. Liberdade, 200
1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 . F 213 134 700

www.victoria-seguros.pt